PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2017. (Dep. Walter Ihoshi)

Altera o inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a alteração da legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

0	Congresso	Nacional	decreta:
---	-----------	-----------------	----------

Art.	1º O	inciso	XIV do	o artigo 6º,	, da Lei n	º 7.713	, de 22	de	dezembro	de	1988,	passa a
vigo	rar co	om a se	eguinte	e redação:								

Art.	6º	 	 	 	 	 	

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e **quaisquer rendimentos** percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

" /ND	

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, trouxe em muito boa hora a possibilidade de isenção do Imposto de Renda aos rendimentos (proventos) dos aposentados portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espôndilo artrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave e demais doenças que arrolou no inciso XIV, do artigo 6º daquele diploma legal.

Há, contudo, controvérsia legal sobre a redação dada àquele inciso e se faz necessário esclarecer os devidos beneficiários da lei. A Receita Federal, como lhe é próprio, adota a interpretação mais conservadora do texto, buscando proteger a arrecadação do Tesouro, ignorando infelizmente os custos que essa interpretação impõe sobre a justiça.

Tal alteração, conforme exposto nas justificativas da lei, vem para proporcionar ao aposentado a possibilidade de poder melhor se tratar, sem a redução dos seus proventos de aposentadoria. Todavia, olvidou-se o legislador de então, do aposentado, que mesmo portador daquelas moléstias, é obrigado a voltar a faina diária para sustentar-se e daquele que, mesmo ainda não fazendo jus à aposentadoria, por algum impedimento temporário de requisito, trabalhe e obtenha renda sob o fardo de tão grave condição.

Urge que essa falha seja suprida, os portadores de doença grave, que ainda possam trabalhar, também necessitam da proteção do Estado para que possam ter uma vida mais digna e para que possam usufruir dos seus rendimentos, sem qualquer tributação, para que assim consigam ter acesso a um bom plano de saúde ou quiçá poder ter acesso às melhores e modernas medicações, como se sabe, como sempre muito onerosas.

Pelos motivos expostos e ciente da relevância da proposição, que em nada onerará as finanças estatais, pois os aposentados que voltam a trabalhar, ainda que portadores das moléstias elencadas, já contribuíram, e muito, com a economia nacional, solicito apoio dos meus nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de

de 2017.

WALTER IHOSHI
Deputado Federal